Munich Personal RePEc Archive

A Brief Interpretation of the Diverse Reactions of Japan and China, in the XIX Century, to the Western Challenge

Strachman, Eduardo

São Paulo State University - UNESP

4 August 2025

Online at https://mpra.ub.uni-muenchen.de/126428/
MPRA Paper No. 126428, posted 09 Oct 2025 13:21 UTC

Uma Breve Interpretação das Diferentes Reações de Japão e China, a Partir do Século XIX, ao Desafio do Ocidente

Eduardo Strachman[1]

Resumo

O que faz um país crescer e se desenvolver, enquanto outro amarga o atraso ou a involução? Que tipos de decisões são tomados, para que haja esta divergência? Este artigo procura ilustrar esta questão por meio de dois exemplos de nações muito próximas, as da China e Japão. Busca comparar o exemplo, em grande parte exitoso, do Japão, com o fracasso do antigo império chinês a resistir às pressões ocidentais, mais fortes após a obtenção da supremacia industrial e militar, depois da Revolução Industrial originária britânica e sua imitação, e posterior ultrapassagem, por outros países europeus e os EUA. Esse fracasso só seria revertido, no caso chinês, no século XX, a partir da Revolução de 1949 e, mais decididamente, após as reformas econômicas iniciadas em 1978. Será explicado o contraste entre a reação inócua chinesa ao desafio Ocidental e a do Japão, que se mostrou eficaz, além de incrivelmente rápida, além de algumas das razões para estas diferentes reações. Assim, será demonstrado como o Japão realizou algo totalmente diverso, mudando o Imperador e iniciando a chamada "Revolução Meiji", em substituição à Era Tokugawa (1603-1867). Isso, ademais, implicou na antecedência, de quase um século, da industrialização moderna, no Japão, em comparação com seus vizinhos asiáticos, incluindo a China.

Abstract

What makes a country grow and develop while another languishes in stagnation or regression? What kinds of decisions are made that lead to this divergence? This article seeks to illustrate this question through two examples of very close nations: China and Japan. It aims to compare the largely successful example of Japan with the failure of the former Chinese empire to withstand Western pressures, which became stronger following the attainment of industrial and military supremacy after the British Industrial Revolution and its imitation and subsequent surpassing by other European countries and the USA. This failure would only be reversed in the Chinese case in the 20th century, starting with the Revolution of 1949 and, more decisively, after the economic reforms initiated in 1978. The contrast between China's ineffective response to the Western challenge and Japan's effective and incredibly rapid response will be explained in the article, along with some of the reasons for these different reactions. It will be demonstrated how Japan undertook something entirely different by changing the Emperor and initiating the so-called Meiji Revolution, in place of the Tokugawa Era (1603-1867). This also resulted in Japan's modern industrialization occurring nearly a century earlier than that of its Asian neighbors, including China.

1. Introdução

O que faz um país crescer e se desenvolver, enquanto outro amarga o atraso ou a involução (Furtado, 1974; Abramovitz, 1986)? Que tipos de decisões – após o desafio de uma nação estrangeira e, muitas vezes, desarranjos políticos, sociais, econômicos, etc. – são tomados, para que haja esta divergência de evolução, em muitos casos, extremamente duradoura, entre países e regiões? É claro que estas perguntas não têm uma resposta única, dada a complexidade de fatores intervenientes.[2]

Neste artigo, contudo, procuro ilustrar esta questão por meio de dois exemplos contrastantes, de nações muito próximas, de uma mesma região, e com civilizações muito antigas e duradouras, quais sejam, a da China e do Japão (Findlay, 2018). Desta forma, busco comparar o exemplo, em

[1] Professor Associado (Livre-Docente) Nível III – FCL/CAr/UNESP. Coordenador CEMONDE. ORCID id: http://orcid.org/0000-0003-1546-330X. Email: eduardo.strachman@gmail.com.

[2] Ver, mais uma vez, Abramovitz (1986), além de North (1990; 1991; 1994) e Zysman (1983), entre muitos outros, para discussões pertinentes a este amplo assunto.

grande parte exitoso, do Japão – de reação aos riscos de subordinação completa a potências estrangeiras, a partir da ameaça inicial dos EUA, sob o comando de Perry, em 1853-54, e posteriormente do restante das potências ocidentais da época, sobretudo dos ingleses (Hobsbawm, 1977:164)[3] – com o fracasso do antigo império chinês a resistir às pressões ocidentais, mais fortes depois da obtenção da supremacia industrial e militar, em parte da Europa e nos EUA, após a Revolução Industrial originária britânica e sua imitação, e posterior ultrapassagem, por estas nações.[4] Esse fracasso só seria revertido, no caso daquele país, no século XX, a partir da Revolução Chinesa, de 1949, e, mais decididamente, após as reformas econômicas iniciadas em 1978, poucos anos depois da morte de Mao Tse Tung, o líder daquela Revolução.[5]

Explicitarei o contraste entre a reação inócua chinesa ao desafio Ocidental e a do Japão, que se mostrou bastante eficaz, além de incrivelmente rápida. Mostrarei algumas das razões para estas diferentes reações, como, no próximo item, o fato de a China – cujo nome, em chinês, Zhongguó, significa algo como "Reino (ou País) do Centro" (Findlay, 2018: 5) – ser imensa e muito auto-suficiente, além de excessivamente acostumada a se considerar como o centro da civilização,[6] para que a "visitação" cada vez mais usual de bárbaros bastante perigosos e narigudos sugerisse um risco para este Império e a necessidade de mudar ou mesmo abandonar antigas técnicas e costumes.

No item 3, por outro lado, procurarei demonstrar como o Japão realizou algo totalmente diverso, após um susto similar perpetrado pelos Ocidentais, com a chegada do Comandante estadunidense Perry ao seu país, em 1853. Assim, após uma década e meia de quase completa desorganização política e institucional, conseguiu-se trocar o Imperador e se iniciar a chamada "Revolução Meiji", em substituição à Era Tokugawa (1603-1867), efetuando uma modernização radical e rápida, daquele país. Isso, ademais, implicou na antecedência, de quase um século, da

[3] Uma segunda reformulação das instituições japonesas ocorreu, como se sabe, após a perda da II Guerra Mundial, pelo Japão, e de sua ocupação, pelos EUA, ou seja, em mais um momento em que o Japão teve que alterar sua trajetória de desenvolvimento (Findlay, 2018). Assim, a conjugação de interesses industriais fortes, com uma ideologia extremamente nacionalista, uma burocracia preparada e certas instituições previamente existentes – as quais foram parcial ou completamente reformuladas – além de determinados eventos históricos, conduziu o país a um grande salto em sua tentativa de alcançar os países mais avançados do Ocidente (Johnson,1982; Torres Fº,1983).

[4] Findlay (2018: 12). Na realidade, entretanto, a supremacia militar do Ocidente se inicia com a expansão ultramarina européia, ainda no século XVI: "Embora tanto 'armas' quanto 'velas' fossem conhecidas pelas potências do Oriente, foi a longa história de rivalidade naval no Mar do Norte e no Atlântico que desenvolveu o barco a vela como uma plataforma de armas flutuante, uma combinação das duas tecnologias, as quais os portugueses, holandeses e britânicos usaram para dominar o Oceano Índico e o Pacífico Sul."(Findlay,1992:159). Neste mesmo sentido, parece que Cabral, ao chegar em Calcutá, em 1500, ainda na seqüência da viagem do Descobrimento do Brasil, mandou bombardear aquela cidade, em represália a uma insurreição de muçulmanos e hindus contra o estabelecimento de uma feitoria (Luna, 1999:85). Findlay (1992:159-60) destaca a importância – ainda anterior à Revolução Industrial, quando o poderio econômico e militar dos vários países era mais parelho – das técnicas militares inovadoras, para a supremacia política e, posteriormente, a dominação econômica de países e regiões atrasados. E isto ao contrário do que pensa a maioria dos economistas, os quais normalmente desconsideram o papel "da violência na esfera econômica..."(id.:159).

[5] Esta subordinação parece só estar sendo revertida atualmente – quer dizer, nos últimos cinquenta anos – por uma política deliberada dos dirigentes chineses, levando em consideração, suas particularidades institucionais, políticas, ideológicas e os interesses específicos de um país com uma população de 1,4 bilhão de pessoas. Não é por outro motivo que, recentemente, o primeiro-ministro chinês, durante uma visita de um importante dirigente ocidental a seu país, disse que sempre que um estrangeiro visitar a China e sugerir políticas e mudanças, eles educadamente o ouvirão, prestarão atenção nas suas possíveis boas sugestões, mas decidirão tudo por eles mesmos, de acordo com seus problemas, instituições, interesses e conhecimentos.

[6] Cf. o relato da viagem que os chineses fizeram, em direção à Europa, mas sem chegar a ela, no início do século XV, em Findlay (1992). Assim, por exemplo, em algumas poucas destas viagens, realizadas nas três primeiras décadas daquele século, com cerca de **250 navios e barcos** – alguns cinco vezes maiores do que os que os portugueses e espanhóis utilizaram, no final deste mesmo século XV (de até 150 tons. x 30 tons. dos navios ibéricos; Spence, 2013, Wade, 2005) – os chineses chegaram perto de atravessar, em sentido contrário, o Cabo da Boa Esperança, mas resolveram voltar, pois, possivelmente, o que já haviam conseguido em termos de suserania e admiração de outros povos e reinos, com obrigações como pagamento de tributos elevados anuais, etc. era suficiente. Recorde-se que as viagens navais ibéricas, naquela época, ocorriam muitas vezes em três navios, ou menos, geralmente havendo a visita de **dez navios holandeses, em um ano**, à China (Wade. 2005).

industrialização moderna, no Japão, em comparação com seus vizinhos asiáticos, incluindo a China.[7]

Ora, isto foi formidável, em termos de história comparada entre civilizações, consideradas em prazos longos, visto que a China foi o centro indiscutível da civilização do Leste e Sudeste da Ásia, com ao menos três mil anos de história e dois mil anos de controle político unificado, tendo sido, além disso, fonte da escrita, idiomas e de vários costumes, etc., para toda aquela enorme região. Um importantíssimo fator para esta agilidade do Japão foi a elite japonesa perceber que seu país era apenas mais um dos que enfrentavam os ocidentais, com risco até mesmo de sujeição completa, o que, aliás, o país já havia conhecido no decorrer de sua longa história.

Por fim, no item 4, apresento algumas considerações finais.

2. A Reação Desorganizada e Vã da China ao Ocidente e ao Japão, do Século XIX a 1949

Assim, o caso da China, pelo menos até a Revolução Chinesa, em meados do século XX, pode ser apresentado como exemplo do modo pelo qual um conjunto de fatores sociais e a falta de um projeto para conseguir uma relativa autonomia frente a outros países – que se modernizam e avançam tecnologicamente – pode levar uma nação, ainda que de dimensões colossais e, no caso chinês, constituindo a mais antiga entidade política do mundo (Hobsbawm, 1988:390), ao fracasso, em termos de desenvolvimento e independência, podendo conduzir, posteriormente, até mesmo ao caos e desastre social, político, econômico, entre outros. Todos estes itens emergem, no caso chinês, na forma de uma seqüência de conturbações, revoluções e contra-revoluções sociais, que conformaram as maiores revoltas camponesas de toda a história da humanidade (Roberts, 1976:765). Vale dizer, sob qualquer ponto de vista ideológico que escolhamos – i.e., quer sejamos simpáticos ou não à Revolução Chinesa, que assumiu o poder em 1949, ou a determinados fatos posteriores a ela – parece inegável que essa Revolução possibilitou a retomada do controle nacional pela China (Roberts, 1976:770-1, 975; Hobsbawm, 1988:392).

É certo que uma maior presença de pessoas e navios "ocidentais" havia passado a ocorrer ainda no Séc. XVII – por exemplo, navios britânicos começaram a aparecer na costa chinesa, em 1635 (Spence, 2013:118). E isso, pouco mais de 80 anos após os portugueses terem sido tacitamente autorizados a ocupar Macau, nos anos 1550, portugueses que também comerciavam prata do Novo Mundo, na China, juntamente com os espanhóis, já estabelecidos em Manila. Já os holandeses estabeleceram um forte, ao qual deram o nome de Zeelandia, no sul da China, em Anping (atualmente Tainan), em 1624 (Spence, 2013:19-20, 53).

Porém, a grande potência a ser enfrentada, cada vez mais imbatível em termos globais, sobretudo após a I Revolução Industrial, como se sabe, era a Grã-Bretanha, o que acentuava o declínio relativo de uma China auto-suficiente e que não se modernizava. E isso mesmo depois de perceber as vantagens dos ocidentais em várias frentes, como armamentos, navios, energia (carvão), tecnologia, etc.

Afinal, após duas Guerras do Ópio (1939-42 e 1956-60) e uma "Guerra dos Boxers" (1899-1900), entre outras humilhações impostas pelos ocidentais e japoneses – como a abertura de portos, a garantia de direitos extraterritoriais aos estrangeiros, concedendo preferência às leis destes, em caso de disputas, etc. – os chineses percebem que seu país estava se esfacelando, sendo destrinchado, assim como havia ocorrido com a Índia, o Império Otomano e a Polônia (Spence, 2013: 216). A Guerra dos Boxers foi encerrada por meio de uma força militar multinacional, formada por 20.000 soldados, sobretudo do Japão, Rússia, Grã-Bretanha e EUA, mas depois com

[7] "Foi esta rápida industrialização que possibilitou ao Japão perseguir uma política externa expansionista, derrotando a China, na Guerra Sino-Japonesa de 1894–95, e anexando Taiwan, em 1895, e Coreia, em 1910. O que trouxe a ela mais prestígio de tudo, todavia, foi ter derrotado a Rússia tzarista e afundado a frota Russa na Batalha de Tsushima, na Guerra Russo-Japonesa de 1904-05. Enquanto todas as outras nações asiáticas, de uma forma ou outra, foram vítimas do imperialismo, o Japão se tornou ele mesmo apto não apenas a evitar tal destino como a se juntar ativamente ao clube imperialista e vitimizar China e Coreia... Finalmente, foi a ocupação japonesa da Manchúria, em 1931, seguida pela invasão brutal da China, em 1937, que levou à eclosão da II Guerra Mundial, na Ásia e no Pacífico."(Findlay, 2018: 12-13).

auxílio de uma força expedicionária da Alemanha (Spence, 2013:224). Houve ainda outras derrotas humilhantes para a França, na Indochina, nos anos 1880; com os britânicos tomando a Birmânia (atual Mianmar), logo em seguida; e mais uma derrota, em 1894-95, para um Japão que se modernizava, inclusive militarmente (Spence, 2013:213-215, Findlay, 2018: 11).

Mas houve ainda mais desastres: a rebelião Taiping (1850-64), na qual cerca de 60 milhões de chineses, ou cerca de 15% da população (Findlay, 2018: 11), de algo como 400 milhões, morreram – algo como sete vezes o total de mortos em toda a I Guerra Mundial.[8] E isto depois de uma epidemia de fome, em 1849, que parece ter custado a vida a 14 milhões de pessoas, seguida por uma nova epidemia, no final da década de 1870, que matou entre 9 e 13 milhões de chineses. Tais epidemias foram causadas, em grande parte, pelo início da desintegração do país e pela deficiência das reformas, inclusive no que tange ao crucial setor agrícola, auxiliadas por uma sucessão de desastres naturais.[9]

Com isto, no transcorrer de praticamente todo o séc. XIX e da primeira metade do XX, a China correu fortes riscos de desaparecer como nação independente, perdendo vastas áreas para potências estrangeiras.[10] Isto poderia ter posto fim, definitivamente, a cerca de dois mil anos de império centralizado, organizado e moderno (inclusive pelos padrões ocidentais), pois, recorde-se que, há dois mil anos, os quadros que conformavam o Estado chinês já eram formados por intelectuais-burocratas que passavam por grandes exames nacionais de seleção.

Assim, mesmo um império deste porte correu o risco de desaparecer por completo, em 1910-1.[11] Hobsbawm (1977:145-8), do qual tiro uma longa citação, explica o principal novo fator então interveniente:

> "O novo elemento dramático na situação chinesa era a conquista ocidental, que havia derrotado o Império na primeira Guerra do Ópio (1839-42). O choque desta capitulação diante de uma modesta força naval inglesa foi enorme, pois tinha revelado a fragilidade do sistema imperial, e mesmo setores da opinião pública fora das poucas áreas imediatamente afetadas devem ter tomado consciência do fato. Conseqüentemente, houve um aumento marcante e imediato nas atividades das várias forças de oposição... A administração imperial havia instituído forças de milícia contra os ingleses, desta forma ajudando a distribuir armas pela população civil. Só faltava uma fagulha para produzir a explosão.(...) O governo imperial recuperou-se, mas o preço que pagou por tal recuperação era pesado e viria provar-se fatal. Isso também ilustrava as complexidades do impacto do Ocidente.
>
> Paradoxalmente, os dirigentes da China eram menos propensos a adotar inovações ocidentais do que os rebeldes plebeus, habituados de longa data a viver num mundo ideológico onde as idéias não-oficiais vinham de fontes estrangeiras (como o budismo). Para os intelectuais confucianos que governavam o Império, o que não fosse chinês era bárbaro. Havia mesmo resistência à tecnologia, que obviamente fazia os bárbaros invencíveis. Mesmo em 1867, o Grande Secretário Wo Jen alertou o trono de que o estabelecimento de um colégio para ensinar astronomia e matemática iria 'fazer do povo prosélito do estrangeirismo' e resultaria 'no colapso da retidão e na difusão da iniqüidade'; e a resistência à construção de estradas de ferro e coisas semelhantes permaneceu considerável. Por razões óbvias, um partido 'modernizante' desenvolveu-se, mas pode-se adivinhar que eles prefeririam manter a China inalterada, meramente acrescentando a capacidade de produzir armamentos ocidentais (suas tentativas para desenvolver tal produção na década de 1860 não foram, por esta razão, muito bem sucedidas). A enfraquecida administração imperial via-se diante da escolha entre diferentes graus de concessão ao Ocidente. Frente a uma revolução social de magnitude, sentia relutância em mobilizar a enorme força da xenofobia popular chinesa contra os invasores. Realmente, a derrubada do governo de Taiping parecia ao Império de longe o problema mais urgente, e para este objetivo a ajuda dos estrangeiros era, se não essencial, pelo menos desejável; sua boa vontade, então, indispensável. Portanto, a China Imperial viu-se rapidamente na completa dependência de estrangeiros. Um triunvirato anglo-franco-americano já controlava a alfândega de Shangai desde 1854, mas depois da segunda Guerra

[8] Na I Guerra Mundial, morreram cerca de 8,5 milhões de pessoas. Cf. "The Last Offensives and the Allies' Victory: Killed, Wounded and Missing", *in* Encyclopædia Britannica CD, Versão 99 (doravante, EBCD).

[9] Hobsbawm (1977: 145-50; 1988:390-1); Roberts (1976:765-6) e "Taiping Rebellion", *in* EBCD. Como mostra Hobsbawm (1988:391), "por motivos óbvios, a xenofobia e o antimodernismo militantes constituíam o ponto crítico dessas rebeliões. Elas visavam os estrangeiros, a cristandade e as máquinas, o que, embora proporcionasse uma parte da força necessária à revolução chinesa, não podia lhe oferecer nem programa, nem perspectiva."

[10] No final do séc. XIX, o Primeiro Ministro britânico se refere a duas classe de nações, "as que vivem e as que morrem", e ninguém tinha dúvidas que a China se encontrava no segundo grupo (1976:768). Com isto, os diplomatas estrangeiros prosseguiram à divisão daquele país.

[11] "O Império caiu em 1911, devido a uma revolta (no sul e no centro)... Nenhum novo regime nacional estável surgiria na China por quase quarenta anos – até o triunfo do Partido Comunista, em 1949."(Hobsbawm, 1988:392).

do Ópio (1856-58) e do saque de Pequim (1860), que terminou numa completa capitulação, um inglês foi indicado para 'assistir' a administração de toda a receita da alfândega chinesa (neste período, não apenas a Inglaterra, mas também França, Rússia e Estados Unidos receberam concessões. Vários portos foram abertos, mercadores estrangeiros receberam liberdade de movimento e imunidades diante da lei chinesa, havia liberdade de ação para os missionários estrangeiros, mercado livre, incluindo navegação livre nas águas fluviais, pesadas indenizações de guerra, etc.). Na prática, Robert Hart, que foi Inspetor Geral da Alfândega Chinesa, de 1863 até 1909, era o chefe da economia chinesa, e embora ele chegasse a inspirar confiança aos governos chineses e a identificar-se com o país, na realidade o arranjo implicava na inteira subordinação do governo imperial aos interesses dos ocidentais.(...) [O] Império chinês recuperou-se da crise de Taiping através de uma combinação de concessões ao Ocidente, um retorno ao conservadorismo e uma erosão fatal de seu poder central.... Agindo desta forma, eles anteciparam o próximo colapso da China, numa coleção de regiões sob 'senhores da guerra' independentes. O grande e antigo Império da China iria, a partir de então, viver à custa dos outros."[12]

Portanto, os chineses só conseguiram debelar a rebelião Taiping às custas da liqüidação do poder administrativo central do Império, sobretudo por serem forçados a permitir o estabelecimento de vários enclaves territoriais estrangeiros e deixarem a administração da alfândega chinesa, a principal fonte de receita das finanças imperiais, sob o controle destes estrangeiros. Adicionalmente, é possível perceber também a resistência inócua às idéias, à tecnologia e ao poder militar e econômico do Ocidente, assim como – e talvez principalmente – a inaptidão para efetuar as reformas institucionais, e mesmo ideológicas, necessárias. Com isto, o

"enfraquecido império, dirigido pela imperatriz (viúva do imperador) Tzu-hsi (1835-1908), mais temida dentro do império do que fora dele, parecia fadado a desaparecer sob os ataques violentos e combinados do imperialismo. A Rússia avançou sobre a Mandchúria, de onde seria expulsa por seus rivais japoneses, que separaram Taiwan e a Coréia, da China, após uma guerra vitoriosa em 1894-1895, e se preparavam para abocanhar maiores porções do território. Enquanto isso, os britânicos alargaram sua colônia de Hong-Kong e praticamente separaram o Tibete, que eles viam como uma dependência de seu império indiano; a Alemanha preparou terreno para si no norte da China; os franceses exerceram alguma influência nas vizinhanças de seu império da Indochina (também separado da China) e ampliaram suas posições no sul; até o fraco Portugal obteve a concessão de Macau (1887). Se, por um lado, os lobos estavam dispostos a formar um bloco contra a presa, como fizeram quando Grã-Bretanha, França, Rússia, Itália, Alemanha, EUA e Japão se uniram para ocupar e saquear Pequim, em 1900, sob o pretexto de debelar a assim chamada Guerra dos Boxers, por outro lado não conseguiram chegar a um acordo quanto à divisão da imensa carcaça. Ainda mais pelo fato de uma das potências imperiais mais recentes, os Estados Unidos, agora cada vez mais proeminente no Pacífico Ocidental – que há muito era área de interesse dos EUA – insistir na 'abertura das portas' da China, isto é, que tinham tanto direito de saqueá-la quanto os primeiros imperialistas.... [Os efeitos de tudo isto]

[12] Cf. também Roberts (1976:762-5,843). Este, mostra que, no final do séc. XVIII, "o desafio ocidental, ou seja, bárbaro, à China, ainda não parecia colocar em xeque toda esta nação e suas instituições milenares. Isto seria feito, mais uma vez, também com o auxílio do trabalho dos missionários, minando parcialmente a tradição chinesa, sobretudo pela inoculação de um individualismo e igualitarismo totalmente estranhos a ela. O trabalho missionário dos americanos teve, por exemplo, intensa participação indireta na rebelião Taiping, pela formação protestante de linha americana, concedida ao seu líder." Deste modo, os chineses não poderiam suspeitar o que lhes poderia acontecer quando, em 1793, Lord Macartney, representante de Jorge III, requisitou a igualdade de relações diplomáticas e o livre comércio, pois para os chineses "a confiança de séculos estava intacta.(...) Quase três séculos de comércio com a China tinham falhado em revelar quaisquer produtos manufaturados da Europa que os chineses quisessem, exceto os brinquedos e relógios mecânicos, os quais eles consideravam divertidos.(...) Antes de 1800, o Ocidente podia oferecer à China pouco do que ela queria, exceto prata, mas nas três décadas seguintes do séc. XIX isto cessou de ser assim, em grande parte porque os comerciantes britânicos finalmente acharam uma mercadoria que os chineses queriam: ópio. Expedições navais forçaram os chineses a abrir seu país às vendas (embora, inicialmente, sob certas restrições) desta droga, produzida na Índia, mas as guerras do Ópio dos anos 1840 estavam apenas registrando a conclusão de uma mudança nas relações econômicas da China com o Ocidente.(...) [O] governo da Rainha Vitória iniciou, assim, a Revolução Chinesa. Pode agora ser visto que os anos 1840 foram o começo de um período de sublevações, o qual levou mais de um século para chegar ao seu término. A Revolução iria lentamente se revelar como um duplo repúdio, tanto ao estrangeiro como a muito do passado chinês.... Mais de um século depois das Guerras do Ópio, a Revolução Chinesa finalmente despedaçou um sistema social que tinha sido a fundação da vida chinesa por milhares de anos. Por esta época, igualmente pareceria que os problemas da China tinham sido apenas uma parte de uma sublevação muito mais ampla, a Guerra dos Cem Anos da Ásia e do Ocidente, cujo ponto crítico ocorreu no início do século XX."(id:762-4). Ver também o *slogan* inventado pelos japoneses, no final do século XIX, "a Ásia para os asiáticos", procurando incentivar revoluções na China (id.:769, 776). Para mais sobre a Guerra dos Cem Anos entre a Ásia e o Ocidente, id.836-49; e sobre as Guerras do Ópio, cf. "Opium Wars", *in* EBCD. Ver também Spence (2013).

> foram tanto a preservação da independência nominal da China como a aniquilação final da mais antiga entidade política viva do mundo."(Hobsbawm, 1988:389-90).[13]

Toda esta digressão mostra a possibilidade de que uma nação, mesmo de grande porte e com uma institucionalidade complexa e extremamente antiga, como a chinesa, pode não ser bem sucedida nas reformas institucionais (e outras) necessárias para seu desenvolvimento e para um funcionamento interno minimamente harmonioso, capaz de enfrentar os desafios postos por certas nações estrangeiras, devido à evolução destas últimas. Na realidade, este caso parece demonstrar com clareza, conforme descrito teoricamente em outro trabalho (Strachman, 2000: Cap. 4), como a tradição[14] institucional, política e, porque não dizer, civilizadora chinesa, parece ter servido, nesta época que estamos descrevendo, sobretudo como obstáculo a reformas modernizadoras mais adequadas àquela nação. Estas últimas demoraram algo como de 110 a 140 anos (desde a primeira Guerra do Ópio, entre 1839 e 1842) para emergirem – 110 anos, se tomamos a Revolução Chinesa como ponto de partida para o *catch-up*; ou 140 anos, se consideramos as Reformas de Deng Hsiao Ping, a partir do final da década de 1970, como aquele ponto inicial. Assim, é claro que a China iniciou seu processo de *catch-up*, com base em muitas instituições e em uma estrutura econômica e política bastante diversas daquelas do século XIX, em decorrência dos eventos históricos pelos quais passou o país, até que ele retomasse o controle sobre si próprio.[15]

O fato de a China ter constituído uma civilização à parte, fortemente autônoma (Landes, 1969; Findlay, 1992) – da mesma forma que o Japão, em grande medida – parece ter obstado grandemente a percepção dos chineses quanto ao que seria adequado emular dos "bárbaros" estrangeiros, ao que se pode acrescentar certos interesses cristalizados no interior da sociedade chinesa – por exemplo, o temor da Rebelião Taiping, popular, conduziu a uma fatal associação com estrangeiros para a combater – assim como algumas instituições rígidas daquela sociedade e as ideologias que as acompanham. A este isolamento se deve acrescentar orgulho nacional e xenofobia, frente a novidades vindas do exterior, quer dizer, algumas ideologias cerimoniais claramente prejudiciais ao país, pelo menos no sentido de não facilitar a percepção com relação à necessidade e possíveis vantagens de tentar emular algumas inovações estrangeiras.

De fato, a não ser por uns poucos burocratas mais esclarecidos, a elite do país não notou o quanto e em que nível as reformas institucionais eram necessárias, para fazer frente ao desafio imposto pelo Ocidente e, posteriormente, também pelo Japão (na guerra de 1895 contra a própria China), ao contrário do que havia se passado com boa parte da elite japonesa, no caso daquele país, algumas décadas antes (Hobsbawm, 1977; Roberts, 1976:768-9, 772, 776; Schell & Delury, 2013).

Por outro lado, é importante observar que, mesmo um caso inicialmente mal sucedido, como o da China, pode, após uma série de dificuldades, retomar um processo de desenvolvimento, o qual se deu, neste caso, a partir das reformas "capitalistas", iniciadas por ela, na década de 1970 (Gabriele & Jabbour, 2022; Spence, 2013; Marti, 2002). Vale dizer, não é impossível que um país, ao iniciar uma época de declínio relativo, ou mesmo absoluto, possa reverter este processo posteriormente, até mesmo adentrando um período de rápido desenvolvimento e aproveitamento de

---

[13] A Rússia incorporou ainda, nesta época, a província sobre a qual construiu Vladivostok, enquanto a Grã-Bretanha tomou Burma, em 1886 (Roberts, 1976:767-8). Sobre a Guerra dos Boxers, ver Roberts (1976:769) e "Reform and Upheaval", "Boxers Rebellion" e "Hundred Days of Reform", *in* EBCD. Para mais detalhes, cf., mais uma vez, Spence (2013).

[14] A qual pode ser vista como um "*lock-in*".

[15] Ou seja, e para que não haja mal-entendidos, não se está advogando, de maneira alguma, qualquer dos argumentos liberais comumente apresentados para o desenvolvimento recente e acelerado daquela nação, mas sim procurando destacar o conjunto de transformações tentadas pela China, a fim de adequá-la o máximo possível – principalmente dada a magnitude do desafio, pois se trata, uma vez mais, de uma sociedade de 1,4 bilhão de pessoas – a condições modernas e funcionais em termos de tecnologia (inclusive de organização da produção), volume de produção e consumo, incentivos, educação, saúde (tudo com grande controle nacional). Neste sentido, a China buscou imitar – como outros países asiáticos, como Coréia do Sul, Taiwan, Vietnam, etc., antes ou depois dela – um século depois, o que foi feito de forma bastante bem sucedida pelo Japão, a partir da chamada Revolução Meiji, em 1868 (Hobsbawm, 1977:166). Ver também Gabriele e Jabbour (2022) e Marti (2002).

oportunidades (Perez, 1985; Perez & Soete, 1988). Ou, inversamente, que após uma era de grande progresso, as instituições de um país se tornem por demais cristalizadas e não funcionais, frente às transformações que continuamente ocorrem nos países concorrentes, obstando o acompanhamento das inovações introduzidas e das vantagens adquiridas por estes últimos, conduzindo, assim, tal país a um relativo declínio,[16] e/ou a sérios riscos para uma sobrevivência independente.

3. As Drásticas Reformas e a Modernização do Japão, após-1868 (Revolução Meiji)

Compare-se o desenvolvimento chinês, visto até aqui, com o descrito para o caso japonês, por Hobsbawm (1977:165-7):

> "[O] Japão estava mais disposto a imitar o Ocidente do que muitos outros países não-europeus e [era] mais capaz também de fazê-lo. A China era plenamente capaz de derrotar os ocidentais no próprio terreno deles, pelo menos na medida em que possuía o conhecimento técnico, sofisticação intelectual, educação, experiência administrativa e a capacidade para o comércio requerida para a tarefa. Mas a China era demasiadamente gigantesca, demasiado auto-suficiente, demasiado acostumada a se considerar o centro da civilização para que a incursão de uma leva de perigosos e narigudos bárbaros, por mais avançados tecnicamente que fossem, viesse a sugerir imediatamente a liqüidação e o abandono de seus antigos meios.... [Porém,] o Japão possuía ambas [vontade e capacidade]. A elite japonesa sabia que seu país era um entre muitos que confrontavam os perigos da conquista ou sujeição, que já havia aliás sofrido no curso de sua longa história.... Ao mesmo tempo, possuía a capacidade técnica e outras, além do pessoal necessário para uma economia do século XIX. E o que talvez fosse mais importante, a elite japonesa possuía um aparato de Estado e uma estrutura social capazes de controlar o movimento de uma sociedade inteira. Transformar o país do alto sem arriscar resistência passiva, desintegração ou revolução, é extremamente difícil. Os dirigentes japoneses estavam na posição histórica excepcional de serem capazes de mobilizar o mecanismo tradicional da obediência social para os propósitos de uma repentina, radical, mas controlada 'ocidentalização', sem maior resistência do que a de uma dissidência samurai espalhada e uma rebelião camponesa.
>
> O problema de enfrentar o Ocidente havia preocupado os japoneses por algumas décadas – e a vitória inglesa sobre a China, na primeira Guerra do Ópio (1839-42), demonstrou a capacidade e a possibilidade dos métodos do Ocidente. Se a própria China não podia lhes resistir, não estariam os ocidentais predestinados a vencer em todas as partes? A descoberta do ouro na Califórnia, aquele evento crucial na história do mundo... [naquele] período [1848-75], trouxe os Estados Unidos de forma definitiva ao Pacífico, colocando o Japão diretamente no centro das investidas ocidentais com vistas a 'abrir' seus mercados, da mesma forma que as Guerras do Ópio haviam 'aberto' os da China. A resistência direta era inócua, como o demonstraram as fracas tentativas de organizá-la. Meras concessões e evasões diplomáticas não eram senão expedientes temporários. A necessidade de reforma, tanto pela adoção das técnicas relevantes do Ocidente como através de restauração (ou criação) de vontade de afirmação nacional, era vigorosamente debatida pelos funcionários superiores e intelectuais. Mas o que veio a ser a 'Restauração Meiji', de 1868, isto é, uma drástica 'revolução do alto', foi o evidente fracasso do sistema militar feudal-burocrático dos Shoguns ['casas feudais'] em resolver a crise. Em 1853-54, os dirigentes do país estavam divididos e em dúvida diante do que fazer. Pela primeira vez o governo formalmente pediu a opinião e o conselho dos *daimyo*, ou lordes feudais, a maioria dos quais foi a favor da resistência ou contemporização. Desta forma, demonstravam sua inabilidade em agir de forma efetiva, e suas contra-medidas militares foram ineficientes e custaram o bastante para drenar as finanças e confundir o sistema administrativo do país. Enquanto a burocracia revelava sua incompetência e as frações dos nobres desentendiam-se dentro do Shogunato, a segunda derrota da China, em mais uma Guerra do Ópio (1857-58), sublinhou a fraqueza do Japão diante do Ocidente. Mas as novas concessões aos estrangeiros e a crescente desintegração da estrutura política doméstica produziu uma contra-reação entre jovens intelectuais samurais, que, em 1860-63, iniciaram, contra estrangeiros e líderes impopulares, uma destas levas de terror e assassinatos que pontuam a história japonesa.... [O] Japão precisava evitar cair vítima dos estrangeiros e, dado o fracasso do Shogunato, era natural que a atenção conservadora se voltasse para a alternativa política tradicional sobrevivente, o teoricamente todo-poderoso, mas praticamente impotente, Trono Imperial. A reforma conservadora (ou revolução do alto) teria praticamente que tomar a forma de uma restauração do poder imperial contra o Shogunato. A reação estrangeira ao terrorismo dos extremistas, como por exemplo, o bombardeamento de Kagoshima, pelos ingleses, apenas intensificou a crise doméstica e minou o já desgastado regime. Em janeiro de 1868 (após a morte do velho imperador e a indicação do novo Shogun), a restauração imperial foi finalmente proclamada, com a força de algumas poderosas prefeituras dissidentes, e estabelecida após uma curta guerra civil. A 'Restauração Meiji' havia sido realizada.
>
> Se isto tivesse sido apenas uma reação conservadora xenófoba, teria sido comparativamente insignificante. As grandes forças feudais do oeste japonês, especialmente Satsuma e Choshu, cujas forças derrubaram o velho sistema, tradicionalmente hostilizavam a Casa de Tokugawa, que monopolizava o Shogunato. Nem seu poderio nem o

[16] Como no caso do declínio da Grã-Bretanha, após o século XIX. Cf. Hobsbawm (1968); Zysman (1983); Hall (1986); Lazonick (1992a; 1992b; 1993).

> tradicionalismo militante dos jovens extremistas eram um programa em si, e os homens que então passaram a ter a sorte do Japão nas mãos, predominantemente jovens samurais (em média 30 anos, em 1868), não representavam as forças sociais da revolução social, embora tivessem claramente chegado ao poder numa época em que as tensões econômicas e sociais eram especialmente agudas e refletiam-se tanto em um número de levantes camponeses localizados e não muito marcadamente políticos, como também na ascensão de ativistas camponeses e de classe média. Mas, entre 1853 e 1868, o núcleo principal dos jovens samurais ativistas sobreviventes (muitos dos mais xenófobos morreram em ações terroristas) tinha reconhecido que seu objetivo, salvar o país, pedia uma ocidentalização sistemática. Muitos deles, em 1868, tinham conectado os estrangeiros; muitos haviam viajado ao exterior. Todos reconheciam que preservar implicava transformar."[17]

Note-se que a destituição de direitos e privilégios dos samurais, após a Revolução Meiji e a abolição do feudalismo no Japão, foi tão violenta (os samurais somavam por esta época, ao final da Era Tokugawa, 1603-1867, algo como 2 milhões de pessoas), que até mesmo alguns samurais ligados aos Satsuma e Choshu, dois dos principais clãs conspiradores e responsáveis pelo fim da Era Tokugawa, rebelaram-se contra o novo governo.[18] Porém foram derrotados, sobretudo porque o governo agora dispunha de Forças Armadas unificadas (desde 1873), devido às próprias reformas iniciadas após o início do período Meiji.

Portanto, dois dos principais clãs, Satsuma e Choshu, além de outros importantes, como Saga e Tosa, rebelaram-se contra a política seguida pelos Tokugawa, de excessivo e obscurantista fechamento do país à influência estrangeira, ao mesmo tempo em que reforçavam a necessidade de modernização e ocidentalização de várias atividades produtivas e instituições, a fim de que o Japão pudesse ter condições para enfrentar militarmente o Ocidente e readquirir sua independência. A saída escolhida foi basear toda industrialização japonesa em empresas privadas, com a exceção da indústria militar, comunicações estratégicas e de várias plantas-piloto, em alguns setores importantes, as quais tinham a finalidade de encorajar o setor privado.[19]

Por exemplo, se seguirmos a biografia de Shimazu Nariakira (1809-58) — chefe, desde 1851, do clã (*han*) Satsuma, um dos mais importantes de todo o Japão e o terceiro em extensão de terras —, de seu sucessor, Shimazu Hisamitsu (1817-87), e de Okubo Toshimichi (1830-78), um dos principais vassalos desse clã, pode-se compreender o espírito que guiou grande parte das transformações japonesas, assim como a própria Restauração Meiji e o fim da Era Tokugawa.

A casa Shimazu, que encabeçava o clã Satsuma, manteve, desde o início do século XVII, um grande controle sobre as Ilhas Ryukyu e, a partir delas, tinham um especial interesse no comércio com o exterior, notadamente com a China. Isto manteve Nariakira, assim como outros nobres de seu clã, mais familiarizados com questões referentes às relações exteriores e aos desenvolvimentos que ocorriam no exterior, do que a maioria dos componentes de outros clãs. Por isso, durante seu breve período na chefia do clã Satsuma, Nariakira deu início à construção de altos-fornos, para a produção de armamentos modernos, além da construção de docas, de um navio a vapor e de várias indústrias não militares. Concomitantemente, implementou uma série de reformas institucionais, passando, por exemplo, a executar exercícios militares à maneira ocidental, como na cavalaria de seu próprio *han*, que passou a treinar à maneira dos franceses; estabeleceu uma

---

[17] Cf. também Roberts (1976:772-4, 777); e os artigos "Meiji", "Meiji Restoration", "Meiji Restoration: From Feudal to Modern State", "Meiji Restoration: The Fall of the Tokugawa", "Tozama Daimyo", "Daimyo", "Samurai", "Shimazu Family", "Shimazu Shigehide", "Shimazu Nariakira", "Shimazu Hisamitsu, Koshaku", "Mori Family", "Ito Hirobumi, Koshaku", *in* EBCD. Porém, em prol dos Tokugawa, Findlay (2018: 8, 11-12) aponta que, logo após a consolidação do poder, por esse clã, seguiu-se um isolamento do Japão com relação ao exterior, o que excluiu até missionários cristãos, com exceção de contatos oficiais com a China, Coréia e um pequeno posto de comércio holandês, em Deshima. No entanto, isso resultou em uma "janela estreita" para o Ocidente, que possibilitou ao Japão adquirir mais conhecimento sobre ciência e técnicas modernas do que as gigantescas China e Índia, além de lhe proporcionar um século e meio de paz e prosperidade, importantíssimos para poder enfrentar o desafio, quando os navios de Perry chegaram, em 1853.

[18] A última e mais violenta rebelião ocorreu em 1877, durando seis meses e sendo liderada por Saigo Takamori, um dos líderes do golpe contra os Tokugawa, levado, ao que parece, por um excessivo e fatal voluntarismo. Ver "Saigo Takamori", *in* EBCD.

[19] Cf. "Goto Shojiro, Hakushaku", "Yamagata Aritomo, Koshaku", "Meiji Restoration: From Feudal to Modern State", *in* EBCD.

marinha ao estilo ocidental; e promoveu jovens (e não somente para funções militares), por motivos derivados eminentemente de seus próprios méritos, sendo que muitos destes jovens, não provenientes da nobreza japonesa, iriam liderar, alguns anos mais tarde, a Restauração Meiji.

Nariakira tornou-se também um importante conselheiro para o governo Tokugawa, durante a crise instaurada a partir da chegada do Comandante Perry, em 1853, ao Japão. Foi um dos únicos a sugerir uma política de moderação e de aceitação das demandas daquele Comandante, a fim de ganhar tempo para reequipar as Forças Armadas japonesas, o que também significava industrializar o país. Não se deve esquecer que o *slogan* da posterior Revolução Meiji era "enriquecer o país, fortalecer as Forças Armadas".

No entanto, o governo Tokugawa excedeu-se nas concessões a Perry, e Nariakira passou, então, a exigir, junto com outros importantes clãs, que a sucessão do Shogun, em 1858, indicasse como sucessor um determinado membro dos Tokugawa, Yoshinobu, aceito por todos estes clãs.[20] Tal exigência forçou Nariakira a se retirar do governo e ao início de severas fricções entre as casas Shimazu e Tokugawa, as quais conduziriam, mais tarde, ao fim do Shogunato Tokugawa e à restituição do poder simbólico ao Imperador. Portanto, a substituição de Nariakira por Hisamitsu, no clã Satsuma, não resolveu os conflitos entre esses e os Tokugawa. Na realidade, todo o clã Satsuma, assim como o clã Choshu, com freqüência, opunham-se aos Tokugawa, o que tornava bem menos importante qual representante destas casas estava no comando.

Ademais, a corte de Shimazu Hisamitsu, mesmo estando poucos anos na liderança do *han* Satsuma, envolveu-se em um incidente, em setembro de 1862, com quatro britânicos, os quais não teriam sido suficientemente respeitosos, ao cruzar com Hisamitsu. O saldo deste conflito, de um britânico morto e dois feridos, fez com que a Grã-Bretanha exigisse uma grande reparação em dinheiro. Os Tokugawa aceitaram pagar £ 100.000, mas Hisamitsu se recusou a pagar qualquer coisa. Após o ataque britânico a Kagoshima, a capital do clã, em represália, Hisamitsu, percebendo sua debilidade, frente aos britânicos, concordou em pagar £ 25.000 e punir os culpados, "se eles pudessem ser encontrados".

Para amenizar os conflitos, a partir do começo de 1864, Hisamitsu e alguns outros importantes senhores feudais assumiram cargos no novo Conselho do governo central, com representantes da corte e do Shogunato Tokugawa. Contudo, uma disputa entre Hisamitsu e o Shogun Tokugawa Yoshinobu encerrou esta participação e a esperança de um novo compromisso político entre as duas casas. Os conflitos e a debilitação do poder central pelas principais casas feudais prosseguiram, até que, em 3 de novembro de 1867, dois vassalos de Hisamitsu, Saigo Takamori (1827-77) e Okubo Toshimichi (1830-78), lideraram o golpe de Estado contra o Shogunato, auxiliados por um representante do clã Choshu, Kido Takayoshi.[21]

Okubo Toshimichi, por sua vez, logo após conseguir derrubar o antigo governo, faz uma das famosas viagens japonesas de reconhecimento e estudos ao Ocidente, retornando plenamente convencido da necessidade de um rápido desenvolvimento econômico para o país.[22] Para este fim, advogava o estabelecimento de escolas técnicas, o fornecimento de empréstimos e subsídios

---

[20] Yoshinobu só começaria, efetivamente, a assumir o poder, em 1862, em princípio como "guardião do novo Shogun". Procuraria, desde o início, efetuar reformas que harmonizassem o novo Shogun com as outras importantes casas feudais. No entanto, sua mudança de perspectiva e contemporização excessiva com os estrangeiros — na opinião de alguns importantes clãs — recusando-se a cumprir um acordo para expulsá-los, em 25 de junho de 1863, levou uma das principais casas feudais, Choshu, a desafiar abertamente o governo central. Mesmo com o governo não tendo forças suficientes para conter este desafio, Tokugawa Yoshinobu tornou-se, em 1866, o último Shogun da Era Tokugawa, até sua destituição, em 8 de novembro de 1867. Cf. "Tokugawa Yoshinobu", *in* EBCD.

[21] Na verdade, em 1866, Saigo Takamori havia negociado secretamente uma trégua, entre estes dois importantíssimos clãs, e uma aliança entre eles, para derrubar os Tokugawa. Ver "Shimazu Family", "Shimazu Shigehide", "Shimazu Nariakira", "Shimazu Hisamitsu, Koshaku", "Saigo Takamori", "Okubo Toshimichi", "Kido Takayoshi" e "Tokugawa Yoshinobu", *in* EBCD.

[22] Ver, por exemplo, "Meiji Restoration: From Feudal to Modern State", "Ito Hirobumi, Koshaku" e "Iwakura Tomomi", *in* EBCD.

governamentais a empresas privadas, e a instalação de fábricas do Estado, em atividades importantes. Prescrevia a completa prioridade a tais reformas e desenvolvimento, opondo-se ferozmente a uma guerra prematura com a Coréia, desejada pelo seu ex-companheiro Saigo Takamori. Este desejava a guerra — já demonstrando a tendência expansionista e imperial, que seria uma constante do Japão, desde o final do século XIX — inclusive para satisfazer aos antigos samurais, privados de praticamente todos os antigos direitos (entre eles o de monopólio sobre a guerra), após o estabelecimento do serviço militar obrigatório junto às Forças Armadas do país.

A posição de Okubo, abraçada também por expoentes como Iwakura Tomomi, prevaleceu até 1894, muito após a morte de ambos, quando da guerra e da vitória contra a China e contra as ambições russas na Manchúria. Estas lutas demonstraram claramente, inclusive ao Ocidente, que o Japão havia sido bem sucedido no seu processo de *catch-up* com o Ocidente — até então, o único país a ter conseguido vencer a Rússia.[23]

Todo este desenvolvimento, então, mostra que a reação virtuosa do Japão ao desafio ocidental passou por reformulações em amplas áreas: no que se refere às instituições, houve a abolição do feudalismo, das forças armadas dos clãs e do monopólio dos samurais sobre as guerras; a constituição de Forças Armadas nacionais, de exercícios militares à maneira ocidental e de um regime político bicameral; a adoção de uma Constituição baseada na sua congênere alemã; de reformas educacionais; de uma religião baseada no culto ao imperador e em algumas linhas confucionistas; etc.[24]

No que tange às mudanças políticas, estas se deram sobretudo na forma de representação dos interesses, agora assegurados minimamente por uma Constituição e pelo já mencionado Parlamento bicameral, com a redução drástica dos poderes dos clãs feudais. Ocorreu também a criação de uma ideologia nacional, baseada no culto ao imperador e em reformulações de ideologias pretéritas, como o confucionismo e um nacionalismo exacerbado. E, por fim, é importante destacar as radicais transformações na economia, com o incentivo à criação de inúmeras empresas e conglomerados privados (*zaibatsus*); o estabelecimento de importantes empresas públicas (estas, como visto, nos setores de produção militar, comunicações estratégicas e em algumas plantas-piloto); as mudanças nas leis que regulavam a propriedade da terra; a adoção de uma moeda nacional, emitida exclusivamente pelo Estado; e a instauração de um sistema financeiro minimamente apto a viabilizar todos esses projetos; etc. Todo este conjunto de fatores propiciou ao Japão, em um período relativamente curto, modificar substancialmente sua sociedade e torná-la apta a concorrer com os "bárbaros" ocidentais, além de realizar conquistas na Ásia. Como vimos, a China, em contrapartida, demoraria praticamente um século para realizar reformas semelhantes, em várias áreas.[25]

4. Considerações Finais

Este artigo procurou ilustrar alguns aspectos do enigma extremamente complexo e multideterminado referente ao que faz alguns países se desenvolverem e crescerem, enquanto outros conhecem o atraso ou mesmo a involução. Busquei apresentar algumas decisões importantes – **instrumentais**, ou seja, **realmente eficazes** ou com **grande proporção de eficiência**, em meio a outros objetivos, e não apenas ou sobretudo **cerimoniais**, ou seja, **simbólicas** (Strachman, 2002) – após um desafio externo e, muitas vezes, as perturbações políticas, sociais, econômicas, etc., que acompanham estas desvantagens em relação a um ou mais competidores.

---

[23] Cf. "Saigo Takamori", "Okubo Toshimichi", "Iwakura Tomomi", "Omura Masujiro", *in* EBCD.

[24] Cf. "Meiji Restoration: From Feudal to Modern State", *in* EBCD.

[25] Alguns resultados destas mudanças anteriores à II Guerra Mundial, ou mesmo à I Guerra Mundial, são impressionantes: "A transformação é muito evidente em termos de comércio exterior... As exportações do Japão cresceram 7,4 porcento ao ano, entre 1883 e 1913, mais... do que o dobro do comércio mundial, o qual cresceu 3,4 porcento, com a China e a Índia a 3,35 e 3,05 porcento, respectivamente. A modificação da estrutura das exportações foi ainda mais impressionante, com a participação das manufaturas aumentando de menos de 60 porcento, no começo, para mais de 90 porcento, no final. De 1913 a 1938, o crescimento do PIB do Japão foi de 3,9 porcento, por ano, comparado a 0 porcento da Grã-Bretanha, 1,1 porcento dos EUA e 1,85 porcento da Alemanha."(Findlay, 2018: 12).

Ilustrei esta questão, nesse artigo, por meio dos exemplos de dois países muito próximos, de uma mesma região, e com civilizações muito antigas: a China e o Japão. Assim, cotejei o caso exitoso, do Japão, na segunda metade do século XIX, com o malogro da China em fazer frente às pressões ocidentais, mais fortes após a Revolução Industrial britânica inicial e sua emulação e posterior ultrapassagem (Abramovitz, 1986), por esses países. Esse fracasso só começaria a ser desfeito, no caso chinês, no século XX, depois da Revolução Chinesa, e, de forma ainda mais clara, após as reformas econômicas iniciadas, em 1978, por Deng Hsiao Ping (Marti, 2002).

Expliquei algumas das razões para estas diferenças entre a reação inócua chinesa e a bem sucedida japonesa, ao desafio Ocidental, como a China ser um país muito grande e auto-suficiente, além de acostumado a se considerar como o centro da civilização, ao contrário do Japão, o qual, depois de apenas uma década e meia de quase completa desorganização política e institucional, conseguiu mudar o Imperador e iniciar, em 1868, a chamada "Revolução Meiji", em substituição à Era Tokugawa (1603-1867). Com isso, aquele país antecipou, em quase um século, sua industrialização, em relação a outras nações do leste e sul da Ásia.

Uma razão crucial para o rápido sucesso do Japão foi sua elite reconhecer que o país era somente mais um a encarar aquele desafio. E que, naquele caso, havia inclusive a possibilidade de total submissão aos ocidentais, como já havia sucedido, ademais, em outras ocasiões, no transcorrer de sua longa história.

Assim, como afirma Findlay (2018), Gerschenkron (1962) percebeu que, conforme o capitalismo e as industrializações "rumavam para o leste, da Grã-Bretanha para a França, Alemanha e Rússia, o Estado desempenhava um papel cada vez mais ativo em forçar o passo do processo de *catching-up*. O caso do Japão, com o Estado Meiji atuando como um '*venture capitalist*' muito agressivo, e também da Coreia, Taiwan e Cingapura, apenas confirma este *insight*. Agora depende do resto da Ásia *catch up* com e, talvez mesmo, 'superar e ultrapassar' o Ocidente."(Findlay, 2018: 16, os itálicos correspondem a palavras no original).

5. Bibliografia

ABRAMOVITZ, Moses (1986) "Catching up, forging ahead, and falling behind". *Journal of Economic History*, v. 46, n. 2, p. 385-406.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA CD, Version 99. Encyclopædia Britannica, 1994-1998.

FINDLAY, Ronald (1992) "The roots of divergence: Western economic history in comparative perspective". *American Economic Review*, v. 82, n. 2, p. 158-161, may.

FINDLAY, Ronald (2018) "Asia and the world economy in historical perspective". *UNU-WIDER (United Nations University – World Institute for Development Economics Research) Working Paper*, n. 2018-65, aug. (https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Working-paper/PDF/wp2018-85.pdf).

FURTADO, Celso (1974) *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GABRIELE, Alberto & JABBOUR, Elias (2022) *Development in the 21st Century: a century after the Bolshevik Revolution*. London: Routledge.

GERSCHENKRON, Alexander (1962) *Economic Backwardness in Historical Perspective: A Book of Essays*. Cambridge, Mass.: Harvard U.P.

HALL, Peter A. (1986) *Governing the Economy: The Politics of State Intervention in Britain and France*. Oxford: Oxford U.P.

HOBSBAWM, Eric J. (1968) *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979. (Tradução de: *Industry and Empire*. Middlessex: Penguin Books.)

HOBSBAWM, Eric J. (1977) *A Era do Capital: 1848-1875*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Tradução de: *The Age of Capital: 1848-1875*.)

HOBSBAWM, Eric J. (1988) *A Era dos Impérios: 1875-1914*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Tradução de: *The Age of Empire: 1875-1914*.)

JOHNSON, Chalmers (1982) *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*. Stanford: Stanford U.P., 1992.

LANDES, David S. (1969) *The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present*. Cambridge: Cambridge U.P., 1986.

LAZONICK, William (1992a) "Business organization and competitive advantage: capitalist transformation in the twentieth century". In DOSI, Giovanni; GIANNETTI, Renato & TONINELLI, Pier Angelo (Eds.) *Technology and Enterprise in a Historical Perspective*. Oxford: Clarendon Press. p. 119-163.

LAZONICK, William (1992b) “Controlling the market for corporate control: the historical significance of managerial capitalism”. *Industrial and Corporate Change*, v. 1, n. 3, p. 445-488.

LAZONICK, William (1993) “Industry clusters versus global webs: organizational capabilities in the American economy”. *Industrial and Corporate Change*, v. 2, n. 1, p. 1-24.

LUNA, Fernando (1999) “Cabral, um esquecido”. *Veja*, ano 32, n. 16, p. 82-85, 21 abr.

MARTI, Michael E. (2002) *A China de Deng Xiaoping*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. (Tradução de: *China and the Legacy of Deng Xiaoping*. Lincoln, NE: Potomac Books.)

NORTH, Douglass C. (1990) *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge U.P.

NORTH, Douglass C. (1991) “Institutions”. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, winter.

NORTH, Douglass C. (1994) “Economic performance through time”. *American Economic Review*, v. 84, n. 3, p. 359-368, june.

PEREZ, Carlota (1985) “Microeletronics, long waves and world structural change: new perspectives for developing countries”. *World Development*, v. 13, n. 3, p. 441-463. (Reimpresso em: FREEMAN, Christopher (Ed.) *The Economics of Innovation*. Aldershot: Edward Elgar, 1990. p. 464-486.)

PEREZ, Carlota & SOETE, Luc (1988) “Catching up in technology: entry barriers and windows of opportunity”. In DOSI, Giovanni; FREEMAN, Christopher; NELSON, Richard; SILVERBERG, Gerald & SOETE, Luc (Orgs.) *Technical Change and Economic Theory*. London: Pinter. p. 458-479.

ROBERTS, J.M. (1976) *The Penguin History of the World*. London: Penguin, 1990.

SCHELL, Orville & DELURY, John (2013) *Wealth and Power: China's long march to the Twenty-First Century*. New York: Random House.

SPENCE, Jonathan D. (2013) *The Search for Modern China*. 3rd ed. New York: W.W. Norton.

STRACHMAN, Eduardo (2000) *Política Industrial e Instituições*. Tese de Doutorado (IE-Unicamp). Campinas: Mimeo.

STRACHMAN, Eduardo (2002) “Instituições: Uma Caracterização Crítica”. *Economia*, ANPEC, v. 3, n. 1, p. 113-157, jan./jun.

TORRES Fº, Ernani T. (1983) *O Mito do Sucesso: Uma Análise da Economia Japonesa no Pós-Guerra (1945-1973)*. Texto para Discussão, IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 37.

WADE, Geoff (2005) “The Zheng He voyages: a reassessment”. *Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society*, v. 78, n. 1 (288), p. 37-58.

ZYSMAN, John (1983) *Governments, Markets and Growth: Financial Systems and the Politics of Industrial Change*. Ithaca: Cornell U.P.